



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

N.º 433-VIII

Proc.º 50.04.04.28

Data : 08.10.2007

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhor Representante da República

Senhor Presidente do Governo

Senhor Ministro da Presidência

Senhores Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu

Senhor Bispo de Angra, Excelência Reverendíssima

Excelentíssimas Autoridades Judiciais, Cíveis e Militares

Senhora e Senhores Membros do Governo

Senhoras e Senhores Deputados

Ilustres Convidados

Os Açores, aqui no meio do Atlântico, conferem ao nosso País uma dimensão geográfica considerável; mas não conta apenas a terra firme, como principalmente a situação estratégica que tanto valoriza a importância de Portugal no contexto das nações.

A Presidência da República está lá longe, num fuso horário diferente. Mas o Presidente da República quis aqui vir, quando pouco tempo passou depois da sua tomada de posse, dando corpo ao seu compromisso de “Presidente de todos os Portugueses” e ao propósito de estar atento às preocupações e anseios de todos os concidadãos.

Seja bem-vindo, Senhor Presidente da República.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

O CDS-PP quer manifestar a satisfação pela visita, a esta que é a casa de todos os açorianos, porque o local de trabalho dos representantes do Povo dos Açores.

É neste primeiro órgão de governo próprio da Região, que, no dia a dia, se fortalece a democracia, que a restauração da liberdade veio permitir; onde se concretiza, passo a passo, a autonomia que a Constituição veio a consagrar, reconhecendo a justiça da luta que os nossos antepassados iniciaram há mais de um século.

Este ambiente é já de pluralismo, que comporta confronto democrático de ideias e de alternativas, mas também fiscalização e controle da actividade governativa. Aliás o pluralismo é essencial para uma vivência sã da democracia e tem provas dadas, nomeadamente nas autarquias e em particular nos seus órgãos executivos, onde é indispensável conservá-lo.

A actividade parlamentar começa por ser consequência do número de deputados eleitos por cada força política, mas também é muito marcada pelo estilo, pelas propostas e pelo trabalho de cada formação, que muitas vezes não correspondem ao seu peso relativo. Quantos são os exemplos, na ainda jovem democracia portuguesa, de forças políticas eleitoralmente mais modestas defenderem projectos grandiosos e apresentarem propostas que evidenciam que o seu peso ideológico e de realização é bem maior, que o resultado que lhes foi confiado nas urnas.

Consideramos que nem a existência de uma maioria absoluta aconselha a que se faça oposição pela oposição. A linha que o CDS-PP aqui tem seguido é a de exigir cumprimento do programa que a maioria submeteu ao eleitorado, foi sufragado e aprovado por esta Assembleia.

Percebemos que perante o ambiente de crise que afecta as instituições, principalmente as de natureza política, só é possível acreditar a política fazendo uma oposição selectiva e construtiva, que envolva, como temos vindo a fazer, a apresentação de projectos e propostas responsáveis, úteis aos destinatários, viáveis e capazes de merecer a aprovação, como tem aliás acontecido com algumas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Se é verdade que as maiorias absolutas envolvem riscos, sobretudo quando os deputados que as apoiam não são tão exigentes quando era sua obrigação, é indiscutível que a oposição – para ser uma boa oposição – tem de ser multipartidária. Aliás na nossa Região, através da proposta, posterior aprovação e justa promulgação da nova lei eleitoral, existem agora mais sólidas razões para garantir a manutenção futura de uma assembleia legislativa com uma representação parlamentar plural, ao que acresce a virtude de a nova lei tornar mais justa a conversão dos votos em mandatos.

Não obstante o esforço que tem sido realizado pelos diversos órgãos de governo próprio, graças ao instrumento de progresso que é a autonomia, com estabilidade, ao longo destes últimos trinta anos e tendo também em conta o que tem sido levado a cabo pelos municípios e freguesias, continuam a tolher-nos bloqueios e condicionalismos da insularidade. Acresce que muitas das potencialidades que temos ainda não foram, ou não estão conveniente ou integralmente aproveitadas. O Senhor Presidente da República, nesta sua vinda aos Açores, detentor da responsabilidade de promover a unidade do Estado, confirmará que mantemos a condição de Região ultraperiférica, necessitada de meios especiais e apoios extraordinários.

Os açorianos sabem que são portugueses dos melhores e por isso esperam solidariedade, para que aqueles que livremente escolheram para os governarem, possam realizar melhor aquilo que é necessário fazer em prol do desenvolvimento económico e social desta nossa terra.

Senhor Presidente da República

Sempre dissemos, e ora repetimos, que enquanto a autonomia não for entendida como um projecto nacional, não há revisões constitucionais que nos valham e é por isso que ansiamos que a vossa vinda aos Açores possa contribuir para isso.

A revisão constitucional de 2004 voltou a abrir novos caminhos às autonomias. Pela parte dos Açores estamos todos há muito a trabalhar afincada e responsabilmente na revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo, que é um instrumento indispensável para em autonomia realizar Portugal aqui. Isto porque há gente nos Açores – como escreveu Vitorino Nemésio – “(...) durázia e insistente. O tempo escreve-lhe na pele como em papel pautado. As caras encortiçadas vão fechando o segredo de viver, os olhos vão-se orlando de resistência e duração”.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Ultrapassamos neste Parlamento as nossas diferenças, fizemos consenso no essencial, que temos ido alargando às demais forças políticas com expressão regional e à comunidade. Fizemos obra colectiva na busca de melhores e novas ferramentas para trabalhar.

Há açorianos que hoje, tal como o Deputado Mont'Alverne de Sequeira, há um século, que desejam saber se agora e cito “fica tudo em projectos, segundo os costumes do reino, ou se, realmente, desta vez, seremos atendidos, como é de justiça e o devemos ser”. É que não seria aceitável que os deputados constituintes, quando forem chamados a trabalhar sobre a proposta açoriana de Estatuto, não confirmassem as boas intenções que afirmaram na última revisão da Constituição.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, que reconheceu que as autonomias regionais são “realizações frutuosas da nossa democracia”, com a sua magistratura, em matéria de Estatuto, bem antes da sua decisão final, poderá desenvolver uma cooperação estratégica essencial, apadrinhar uma salutar convergência de esforços e favorecer consensos decisivos. Pelos Açores, mas por Portugal.

O Líder Parlamentar,

(Artur Lima)